

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILMO. SR. EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, PREGOEIRO OFICIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

Pregão Eletrônico nº 04/2019
Processo nº 08129.002051/2019-50

AFONSO MARANGONI, brasileiro, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 12/046-L, inscrito no CPF/MF sob o nº 214.675.019-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 910.144-6, doravante designado como ("Recorrido") vem, pela presente, nos termos do item 9.2.3, do Edital do Pregão, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto por Fábio Gonçalves Barbosa, conforme razões a seguir expostas:

1. Trata-se de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a "Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)".

2. No dia 26 de abril de 2019 foram aceitas a Proposta e a Habilitação do ora Recorrido pelo Sr. Pregoeiro Eduardo de Oliveira da Rosa, conforme Nota Técnica nº 27/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ, após a desistência do primeiro colocado.

3. No dia 09 de maio de 2019, o ora Recorrente Fábio Gonçalves Barbosa interpôs Recurso Administrativo dirigido ao Sr. Pregoeiro alegando em síntese que:

(i) a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoaria completamente da realidade, e

(ii) que o recurso administrativo deve ser julgado procedente para considerar a proposta vencedora inexecutável, desclassificando o ora Recorrido.

4. No entanto, o Recurso Administrativo interposto pelo Recorrente resta totalmente incabível e inoportuno, pois na verdade traz apenas alegações genéricas que são desprovidas de qualquer fundamento, conforme se demonstrará a seguir:

5. O Recorrente Fábio Gonçalves Barbosa alegou que o Recorrido apresentou proposta que seria inexecutável, tendo em vista que não haverá cobrança de comissão da Administração Pública, mas tão somente dos arrematantes.

6. Entretanto, conforme se depreende do Recurso Administrativo interposto pelo Recorrente, não há a demonstração de qualquer indício ou prova de que a proposta apresentada pelo Recorrido seja inexecutável, pois as alegações do Recorrente são genéricas e revelam apenas o sentimento de inconformidade com o resultado da licitação.

7. Dessa forma, o Recorrente não cumpriu o que estabelece o item 6.4. do Edital:

"6.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita."

8. Veja-se que a viabilidade da proposta apresentada pelo Recorrido já foi objeto de análise pela Administração Pública, nos termos do Estudo Técnico Preliminar mencionado no item 3.4 da Nota Técnica nº 06/2019/CGPP/DPAA/SENAD/MJ.

9. Assim, não há que se falar na desclassificação do Recorrido, tampouco na necessidade da Administração Pública realizar qualquer diligência para aferir a exequibilidade da proposta do Recorrido.

10. Ante o exposto, o Recorrido requer que o Recurso Administrativo interposto pelo Recorrente Fábio Gonçalves Barbosa seja indeferido, devendo ser mantida a habilitação do Recorrido na presente licitação, por ter apresentado todos os documentos exigidos para sua habilitação, bem como por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Termos em que,
pede deferimento.
Curitiba, 14 de maio de 2.019.

AFONSO MARANGONI

Fechar